Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. I4D0008

OS ÍNDIOS E O FUTURO

Em 28/12/93, a FSP publicou em Tendências e Debates, artigo do Almirante Mário César Flores, Secretário de Assuntos Estratégicos, sobre a "Questão Indígena". O texto se inspira no clima controverso e polêmico que "criminaliza"o assunto, decorrente da histeria dos que reagem contra o relativo avanço ocorrido nos dois últimos anos no processo de reconhecimento oficial das terras indígenas. Inspira-se, ainda, no ranço das doutrinas da "segurança nacional" que, após perderem o seu objetivo principal com o final da guerra fria, voltam suas baterias contra índios, indigenistas e ambientalistas para produzir novos inimigos, que justifiquem o imobilismo corporativo dos que não querem rever os fundamentos das concepções estratégicas que se consolidaram no Brasil durante os longos anos de ditadura militar. Específicamente sobre a questão indígena, alguns conceitos e assertivas do Ministro Flores merecem a nossa pronta contestação.

1. INTEGRAÇÃO, ACULTURAÇÃO -- Historicamente, os processos de colonização da América oscilaram entre a eliminição física e a "integração" dos índios. Formas diretas e indiretas de extinção foram impostas aos povos pré-colombianos durante os últimos 500 anos, sendo que mais recentemente o discurso oficial abandonou a promoção das guerras de conquista (embora estas prosseguissem) em troca do integracionismo, ideologicamente mais palatável ao senso comum. Aculturação, assimilação, emancipação, são sinônimos de integração, e se baseiam na idéia de que é inevitável que os povos indígenas deixem de existir e sejam absorvidos pela "cultura superior" que o Ministro Flores aponta no seu artigo.

A diversidade cultural, traço constitutivo das sociedades americanas, não é sequer reconhecida pelos adeptos da "cultura superior". A diversidade só faz sentido enquanto mal provisório, a ser superado pela "aculturação". Se os índios usam relógios e andam de avião, deixam de ter direito ao reconhecimento das suas próprias culturas e à demarcação das terras que há séculos ocupam. Querem impor a sua "cultura superior", ocupar as terras indígenas e explorar as suas riquezas naturais, em nome do desenvolvimento e da civilização. É como se, de repente, os norte-americanos ocupassem o Brasil, sob o pretexto de que a maioria dos brasileiros já usa calça jeans e ouve rock, estando habilitada a se "integrar" a uma cultura super-superior.

A diversidade cultural é a maior riqueza do Brasil. Um projeto nacional sério deveria valorizar, promover e difundir a diversidade que faz o Brasil ser o que é. A diversidade da nossa música, das manifestações regionalistas, dos costumes dos imigrantes, das tradições afro-brasileiras, das línguas que falam os povos indígenas e dos conhecimentos que têm sobre a nossa terra.

Não ocorreu ao Almirante Flores questionar mais profundamente as razões pelas quais a, "cultura superior", que, após os séculos de massacre, não logrou eliminar a diversidade. Do General Custer ao General Bayma Denys, centenas de povos inteiros foram dizimados. Só no Brasil, os índios foram reduzidos de 5 milhões, no século XVI, para 250 mil na atualidade. No entanto, desde meados dos anos 70, a população indígena brasileira voltou a crescer. Alguns grupos têm, inclusive, reagido ao preconceito e ao massacre da "cultura superior" e voltam a falar as suas línguas e a praticar os seus costumes, sem prejuízo dos relógios e aviões. Querem ser o que são, sem redomas, convivendo com os que não são, e se utilizando das técnicas, conhecimentos e recursos que possam partilhar. Querem gerar os seus filhos e ocupar o seu espaço no futuro do Brasil. Enganam-se os que aguardam ansiosamente pela morte ou pela conversão do último índio. A comprovada capacidade de sobrevivência destes povos incomodará por mais 500 anos os adeptos da "cultura superior".

Mas o incômodo maior do ministro advém do fato de que, de uns tempos para cá, os povos que inventaram a tal "cultura superior", passaram a valorizar a diversidade étnica e a questão indígena, chegando a pressionar os seus governos, tradicionalmente genocidas, a fazerem alguma coisa para que os seus discípulos do sul parassem de querer completar a interminável obra da colonização. Ao que parece, a "cultura superior" se deixou contaminar por algum vírus inferior. E quando se verifica que 83% da população urbana do Brasil (Data Folha,) é favorável à demarcação das terras indígenas, fica claro que este vírus já aportou por aqui.

2. TERRAS INDÍGENAS -- O chefe da SAE propõe que o Estado só reconheça na sua extensão integral as terras ocupadas por índios "não aculturados". Enquanto não forem "aculturados", bem entendido. Assim, na medida em que se sentissem atraídos pela "cultura superior", perderiam as suas terras (e demais direitos especiais) que seriam liberadas para o "desenvolvimento". Para índios provisórios, terras e

Acervo ISA

direitos provisórios. Afirma ainda que, mesmo assim, os índios estariam em situação privilegiada frente aos milhões de brasileiros "superiores" que chafurdam na miséria total.

Ocorre que a "cultura superior" desenvolveu históricamente inúmeros instrumentos de mitigação da miséria que seguem sendo ignorados e subvertidos pelas elites locais. A reforma agrária, que no Brasil tem sido manipulada por interesses de grileiros e especuladores de terras, é apenas um destes instrumentos. O orçamento público é fator básico de distribuição de riquezas, mas no Brasil, como se vê à luz dos últimos escândalos, tem sido apropriado por empreiteiras e políticos corruptos, agravando a miséria. Mas em vez de defender a utilização destes instrumentos, o Almirante Flores prefere sugerir que as terras indígenas sejam progressivamente ocupadas pelos não índios, como se este fosse o caminho para resolver os problemas da miséria, como se não se estivesse, assim, dando mera continuidade ao modelo econômico que gerou e multiplicou os brasileiros miseráveis.

Localizam-se na Amazônia as maiores áreas indígenas do Brasil. 98% da extensão total das terras indígenas estão na Amazônia Legal. Nas demais regiões do país, 40% da população indígena brasileira vive em áreas diminutas que totalizam os outros 2%. O fato de que restaram grandes extensões de terras ocupadas por índios na Amazônia, decorre sobretudo das proporções gigantescas da própria região e não de uma suposta generosidade da União que privilegia índios em detrimento de não índios. A extensão dos latifúndios na Amazônia, na sua maioria improdutivos, é de milhões de hectares. milhões de hectares são de áreas reservadas às Forças Armadas, sendo que pouco se sabe sobre sua efetiva utilização. Estima-se em milhões de hectares o total de áreas públicas devolutas, não ocupadas, em toda a Amazônia. Além disso, cerca de milhões de hecatares de florestas foram devastadas para abrigar projetos de colonização e de pecuária extensiva que fracassaram, sendo que estas terras podem e devem ser recuperadas para atividades econômicas mais razoáveis. Portanto, é absurda a tese de que a demarcação das terras indígenas constitua privilégio ou inviabilize o desenvolvimento econômico ou o combate à miséria. Sem contar que a crise econômica e social afeta - e de forma brutal - aos próprios povos indígenas, que há muito já não podem contar com a assistência do Estado e precisam gerar excedentes para poderem sobreviver.

O Ministro Flores retoma, também, o falacioso argumento de que a demarcação das terras indígenas compromete a soberania nacional. Refere-se a "hipotéticas restrições de soberania, improváveis no curto prazo, mas incertas no futuro". Ora, jamais houve demanda de povos indígenas brasileiros no sentido da organização de estados próprios. Jamais houve precedente deste tipo em qualquer país do continente. Nenhuma instância internacional formulou projetos de estados indígenas e certamente um tal precedente seria inaceitável para qualquer estado nacional, incluídos europeus e norte-americanos. No entanto, se no futuro surgissem demandas desta ordem, o Estado brasileiro disporia de todos os instrumentos jurídicos e de ação para impedir que tal ameaça se concretizasse. Não temos dúvidas de que, diante de concretas manipulações atentatórias à integridade territorial do país, a sociedade brasileira, incluídos indigenistas e ambientalistas, se mobilizaria em defesa do Brasil e dos próprios índios. Não se justifica, portanto, que em nome das "incertezas do futuro", se promovam mais injustiças no presente.

A demarcação das terras indígenas não é uma dádiva unilateral. Os povos indígenas não concebem linhas imaginárias e por mais extensa que seja a área demarcada, estarão impelidos a se apropriarem de técnicas de produção e de relações de intercâmbio que possibilitem a sua sobrevivência a longo prazo, numa mesma área demarcada, a partir do seu esperado e desejado aumento populacional que, na maioria dos casos, representa a superação histórica de processos genocidas. A demarcação é, portanto, um pacto político e uma medida administrativa indispensável, ao lado de outras, para a regularização da caótica situação fundiária do interior do Brasil. E esta regularização, essencial para a redução de conflitos sociais, é ainda mais importante nas regiões de fronteira. A redução das possibilidades de conflitos na faixa de fronteira e a efetiva preservação da segurança nacional passam, também, pela demarcação das terras indígenas que nela se situam e pelo pleno desempenho das funções do Estado nestas áreas.

3. <u>RECURSOS NATURAIS</u> -- Se determinada área é ocupada por índios, a exploração dos seus recursos naturais tem que considerar este fato. E sua principal consequência é que a exploração destes recursos por terceiros deve estar sujeita a regras e limitações diferentes das que existem para outras regiões. Ainda que a lei não estabelecesse estas diferenças, a situação de fato o faria. Mas se se pretende que os índios sobrevivam permanentemente em determinada área, a intensidade da exploração dos seus recursos tem de ser menor do que a que se verifica em outras áreas que não têm destinações permanentes definidas, e tem de gerar benefícios concretos para os seus ocupantes, capazes de fortalecer a sua autonomia, protegendo-os das relações de dependência e de submissão frente a aventureiros. Mesmo se abstraindo todas as fragilidades dos modelos absurdos de exploração de recursos naturais impostos à Amazônia, não seria adequada a mera extensão destes modelos às áreas indígenas.

Acervo ISA

Do ponto de vista dos índios, a exploração destes recursos é realizada milenarmente dentro dos parâmetros das suas economias tradicionais. A partir do contato com a "cultura superior", a maioria dos grupos passa a ter necessidades crescentes de geração de excedentes, seja para satisfazer anseios de consumo, geralmente de pequena escala, seja para suprir a omissão do Estado quanto às demandas de assistência, sobretudo de saúde. Mais recentemente, a depressão econômica e a crise do Estado jogaram numerosos grupos indígenas nas mãos de donos de garimpos e de madeireiros, que vêm se apropriando de forma gananciosa e predatória dos recursos existentes, estabelecendo relações de dependência, proliferando doenças e práticas desagregadoras das sociedades indígenas, sem pagar qualquer tributo ao Estado ou gerar benfícios efetivos para a sociedade em geral. No entanto, já existem iniciativas incipientes de alguns grupos indígenas, que vêm procurando apoio para desenvolverem projetos próprios de exploração de produtos florestais ou minerais, que lhes garantam condições de sobrevivência e de intercâmbio, sem depredar o território que pertencerá aos seus descendentes. O estudo das potencialidades econômicas das áres indígenas tornaria possível a multiplicação de projetos deste tipo entre os índios interessados. Neste sentido, o desenvolvimento não tem porque ser excludente em relação aos índios.

Do ponto de vista do interesse nacional, os recursos naturais das terras indígenas deveriam desempenhar um papel importante, se houvessem políticas nacionais consistentes e articuladas no setor mineral, madeireiro, energético, etc... . Como regra, estes recursos deveriam constituir reservas estratégicas exploráveis na medida em que os recursos similares existentes em outras áreas não fossem suficientes ou economicamente viáveis. Seriam reservas que garantiriam os interesses imediatos do país a qualquer tempo, compatibilizando-os com os interesses das gerações futuras. A partir do interesse nacional, o Estado poderia orientar as empresas de índios e não índios a explorar os recursos naturais das terras indígenas, sem o grau de conflito e de devastação que hoje se verifica.

É ridícula a insinuação do Ministro Flores de que os indigenistas pretendam manter os índios em redoma. Em todo o país, comunidades indígenas e organizações de apoio aos índios estão formulando e desenvolvendo projetos que visam a exploração de recursos naturais em terras indígenas. Têm procurado, com grande dificuldade, apoio técnico e financeiro para estes projetos. O grande omisso, nesta questão, é o Estado brasileiro, que além de não ter projetos, raramente apóia os existentes. É certo que índios e indigenistas fazem, hoje, muito mais em relação à exploração de recursos naturais das terras indígenas do que a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que parece conformada com o papel menor de porta voz de interesses anti-indígenas. Seja do ponto de vista dos índios, seja do ponto de vista do interesse nacional, o desenvolvimento econômico é compatível com os anseios dos povos indígenas, com a demarcação das suas terras e com o respeito aos seus direitos.

4. LEGISLAÇÃO -- O Almirante Flores põe sob suspeita o Capítulo dos Índios na Constituição, e todos os projetos de lei em tramitação que visam adaptar a legislação aos parâmetros constitucionais, inclusive os apresentados pelo próprio Poder Executivo. Afirma que foram inspirados por interesses dos países desenvolvidos e por "órfãos (do comunismo) críticos da ordem vitoriosa". Não ocorreu ao ministro que a "ordem vitoriosa" é a mesma que ele alega influir indevidamente nos assuntos indígenas brasileiros. Em meio a estas contradições, a intenção evidente da sua manifestação é a de estimular a supressão de direitos indígenas no processo de revisão constitucional.

Vale lembrar que o direito dos índios às terras que ocupam, na extensão exigida para a sua reprodução física e cultural, está assegurada na tradição constitucional brasileira desde, pelo menos, 1934, sem contarmos os inúmeros atos oficiais que desde o período colonial destinaram terras aos índios. O direito à terra antecede em muito a Constituição de 1988. Esta, legou-nos uma definição consistente do que sejam terras indígenas, sem vinculá-la a quaisquer critérios de mensuração quantitativa próprios aos processos administrativos de identificação destas terras. O artigo 231 é avocado em todos os atos demarcatórios produzidos após 1988, seja para demarcar terras de maiores ou de menores extensões. Os decretos do governo Sarney, que esquartejaram no passado o território Yanomami em 19 ilhas descontínuas foi editado com base neste artigo, da mesma forma que os do governo Collor que demarcaram um território contínuo. A Constituição não fixa limites de terras indígenas, atribuição que é dos governos federais e que se executa através de normas adminstrativas variáveis. Portanto, é absurda a insinuação implícita no artigo do Almirante, de que as demarcações decorrem de uma Constituição inspirada em interesses outros. Se erros houver nos processos de identificação ocorridos após 88, a responsabilidade é dos governos a que o ministro serviu e serve. Podem ser judicialmente contestados ou administrativamente corrigidos, sem que justifiquem o estupro aos direitos constitucionais dos índios.

Ao contrário do que o ministro afirma, a Constituição de 88 é mais permissiva do que as anteriores quanto à exploração de minérios em terras indígenas. O artigo 198 da Constituição de 67 inclui as riquezas do subsolo das terras indígenas no direito ao usufruto exclusivo dos próprios índios. Já a de 88

Acervo ISA

estabeleceu regras que tornam possível esta exploração, inclusive por terceiros, autorizados pelo Congresso Nacional. Há mais de 20 propostas de regulamentação de mineração em terras indígenas. Uma delas, apresentada pelo ex-Senador Severo Gomes, está aprovada pelo Senado desde 1989. Há duas outras propostas que foram apresentadas pelo próprio Poder Executivo. A responsabilidade pela omissão, neste caso, é exclusiva da Câmara dos Deputados, que vem obstruindo a tramitação de todas as propostas. Entidades indigenistas como o NDI, Núcleo de Direitos Indígenas, o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, governamentais como o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, a FUNAI, Fundação Nacional do Índio, classistas como a CONAGE, Coordenação Nacional dos Geólogos, o IBRAM, Instituto Brasileiro de Mineração, estão há meses envolvidas em conversações diretas que estão prestes a resultar numa proposta comum de regulamentação, a ser oferecida ao Congresso. Portanto, não são os índios, os indigenistas ou a Constituição que têm dificultado a exploração de minérios em terras indígenas.

Quanto aos projetos de lei para a reformulação do "Estatuto dos Índio" de 1973, criticados em bloco pelo ministro, e ao contrário do que ele afirma, são projetos diferentes, formulados pelo Poder Executivo e por parlamentares que foram assessorados por organizações de apoio aos índios. Colocam em discussão vários temas importantes, desprezados pela análise do ministro, como a superação do instituto da tutela, os direitos de propriedade intelectual, os crimes que envolvem os índios, procedimentos para a demarcação das terras e para a exploração dos seus recursos naturais. É evidente que estes não são perfeitos (até porque são diferentes) e admitem modificações e acréscimos que ocorram no processo legislativo. Mas são propostas cujas formulações envolveram o esforço sincero e voluntário de inúmeras pessoas do governo e de fora dele. Não se admite que um ministro de estado, incapaz de apresentar uma proposta positiva própria, dedique-se a demolir os projetos existentes com insinuações de que servem a interesses inconfessáveis. O Ministro Flores depôs na comissão da Câmara que analisa os projetos, e só apresentou restrições, acompanhadas da confissão de que o seu governo não tinha posições definidas a respeito. A SAE jamais se preocupou em ouvir as opiniões das outras partes envolvidas com o assunto, mantendo-se numa postura de negativismo olímpico.

A sociedade civil confia que o Congresso Nacional, apesar do perfil abaixo da crítica que o caracteriza na atual legislatura, ainda tem no seu interior parlamentares conscienciosos de todos os partidos que saberão proteger os direitos constitucionais dos índios frente às investidas dos que queiram fazer o jogo da ganância, da devastação e do genocídio. Confiamos que há dentro do próprio governo pessoas que não partilham do obscurantismo do Almirante Flores. Índios e organizações civis estarão atentas à revisão constitucional, e contestarão todas as iniciativas que pretendam debitar aos direitos indígenas as responsabilidades pelos fracassos da elite culturalmente "superior".

5. "ÓRFÃOS" -- Finalmente, cabe contestar a forma desrespeitosa com que o Almirante se refere aos interessados na questão indígena que não pensam como ele. Rotulá-los como comunistas ou como instrumentos do imperialismo foi um ato de má fé, típico de quem não se acostumou ainda ao debate democrático. É certo que as pessoas que se sensibilizam com a defesa dos índios ou do meio ambiente, são pessoas geralmente sensíveis às demais causas sociais. São raras, entre elas, as que se afeiçoam a regimes autoritários, sejam os que se forjaram no leste europeu, seja aquele que aqui se implantou através da ditadura militar. Não faz sentido se pedir licença a quem quer que seja para lutar por tudo aquilo em que se acredita. É inadmissível que autoridades públicas, por questões ideológicas, tratem outros brasileiros como sendo de segunda classe ou traidores do país. O Brasil precisa ser humanizado, e uma condição básica para isto é o reconhecimento dos direitos das diferentes gentes que o constituem.

Estas diferentes gentes, cujas necessidades são sistemáticamente subvertidas pelos governos, e que se encontram subjugadas por um sistema político pervertido há décadas, encontrarão, já a partir deste ano de 94, uma oportunidade histórica para que os seus interesses passem a ser considerados pelo Estado brasileiro. As eleições gerais e a posse de um novo governo motivarão discussões mais substanciais sobre projetos nacionais e políticas mais sensatas de ocupação do território, de utilização dos seus recursos e de combate efetivo à miséria que nos assola. Seja qual for o próximo governo, e dada a necessidade imperiosa de superarmos a crise atual, estamos certos de que o processo democrático criará oportunidades de participação a todos os brasileiros, sejam eles órfãos de quem quer que seja. Portanto, conclamos o Ministro Flores a não desqualificar outros interlocutores da questão indígena, ambiental ou de qualquer política específica ou geral. Projetos nacionais que excluam brasileiros (mesmo que sejam índios), nunca foram e não serão capazes de nos levar a um Brasil melhor.

Márcio Santilli